

ASPECTOS HISTÓRICOS DA FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DE MENINOS DESVALIDOS E DO ASILO BOM PASTOR: TRABALHO COM A INFÂNCIA POBRE E DESAMPARADA NA CIDADE DE PELOTAS/RS (1920 - 1940)

JEANE DOS SANTOS CALDEIRA¹; GIANA LANGE DO AMARAL²

¹Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPEL) – jeanecal@yahoo.com.br

²Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPEL) – gianalangedoamaral@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo é recorte de uma pesquisa mais ampla, em nível de Doutorado, desenvolvido na linha de pesquisa Filosofia e História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPEL. Esta comunicação tem como objetivo analisar aspectos históricos relativos à fundação da Associação Protetora de Meninos Desvalidos de Pelotas e do Asilo Bom Pastor, este criado para acolher meninas cidade de Pelotas/RS.

A delimitação temporal corresponde às décadas de 1920 à 1940, uma vez que, no ano de 1924, foi fundado a Associação Protetora de Meninos Desvalidos e em 1929, instituiu-se o Asilo Bom Pastor. Ressalta-se, ainda que no ano de 1940, faleceu o bispo diocesano Dom Joaquim Ferreira de Melo, um dos principais idealizadores das instituições investigadas. Dom Joaquim foi nomeado Bispo da Diocese de Pelotas em 15 de março de 1921, pelo Papa Bento XV, tomando posse em 14 de novembro do mesmo ano, permanecendo até sua morte. Em 1942, o bispo Dom Antônio Zattera assumiu a Diocese de Pelotas e foi a partir de então que as instituições citadas começaram um “novo ciclo”, ao adquirirem novas edificações para melhor acolher o público assistido. Uma mudança significativa, em nível nacional, refere-se às leis e ações de proteção à criança e ao estímulo do ensino técnico-profissional, através das Leis Orgânicas do Ensino (ensino industrial, comercial e agrícola) em 1943, destinado principalmente à população oriunda das classes mais desfavorecidas.

Destacamos como principal problema de pesquisa, a atuação da Igreja Católica na cidade de Pelotas que, ao criar instituições educativas de amparo ao menor, compactuaram assim, com os ideais republicanos, que tinha como pretensão tirar crianças do desamparo, educá-las, civilizá-las e prepará-las também para o mercado de trabalho.

Atas, estatutos, excertos de jornais locais e legislações de ensino são algumas das fontes documentais que subsidiam esta investigação, sendo analisadas através da História Cultural (BURKE, 2008) e da análise documental (CELLARD, 2012; SAMARA; TUPY, 2010).

2. METODOLOGIA

A partir da Escola dos Annales, é que utilizamos a História Cultural, como base teórica e metodológica.

As fontes documentais utilizadas na pesquisa, tais como jornais, atas e estatutos, são documentos que carregam vestígios do passado, servindo de testemunho, por isso, à importância da inserção e análise de documentos relacionados ao tema proposto (CELLARD, 2012). Inspiradas no texto de Samara e Tupy (2010) ressaltamos que o estudo de um determinado documento e suas definições requer técnicas, diferentes modos de interpretações, tipologia,

oferecendo aos historiadores da educação menos experientes, um caminho mais seguro para a realização da pesquisa em História da Educação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Salientamos que estas instituições foram fundadas e mantidas inicialmente pela Igreja Católica, através do trabalho do Bispo Dom Joaquim Ferreira de Melo junto à Diocese.

Em relação à instituição de acolhimento de meninos, em 1925, esta instituição passou a ser denominada Asilo de Meninos Desvalidos. Além da colaboração da Diocese, a obra foi mantida com subvenções governamentais, legados, donativos e esmolas. Em 1926, cinco Irmãos da Congregação Lassalista passaram a colaborar com esta instituição (MENDES; ALVES, 2010). Mais tarde, em 1944, o Asilo foi transferido para o prédio situado no bairro Areal, recebendo a denominação Abrigo de Menores. O Abrigo teve como principal agente administrador, o bispo D. Antônio Zattera.

Nesta perspectiva, destaca-se as divergências encontradas nos estudos de historiadores locais, entre eles Walney Hammes, Léo Poersch e Victorino Piccinini, sobre a origem da instituição mencionada. Em suas obras, Hammes (2005) e Poerch (1991) afirmam que o Abrigo de Menores, atual Instituto Dom Antônio Zattera, foi uma instituição fundada na década de 1940, por D. Antônio Zattera. Já Piccinini (2001, 2004) tanto em entrevistas para jornais locais, quanto nas correspondências enviadas para a diretoria da instituição, afirma que o Abrigo de Menores é uma continuidade da obra fundada por D. Joaquim na década de 1920.

Outra obra que fez parte do ciclo do apostolado episcopal de D. Joaquim, foi a do Asilo Bom Pastor. Idealizado em conformidade com a Associação das Damas da Caridade, criada em 1907, tendo como presidente a Sra. Mimosa Assunção, a associação influenciada pela caridade religiosa, prestava serviços aos pobres, em especial a mulheres e crianças. O Asilo foi inaugurado no dia 14 de janeiro de 1929 e contou com a colaboração das Irmãs da Congregação do Bom Pastor. Com objetivo de prestar assistência moral e material, o asilo buscou recuperar, regenerar e reeducar “moças transviadas”. A entidade também abrigou crianças pobres e desamparadas, oferecendo-lhes um novo lar, carinho e instrução. Com a ajuda da comunidade, da província e da diocese, em 1945 iniciou-se a construção de um novo prédio para o asilo, sendo inaugurado oficialmente em 1948 (A PALAVRA, 9/07/1954). Até o momento, não foi possível verificar o ano exato de encerramento dos trabalhos do Asilo Bom Pastor, sabe-se porém que foi mantido até a década de 1970.

Para a realização do estudo proposto, é necessário elencar alguns aspectos relacionados à história da infância desvalida no período investigado: o objetivo do governo referente ao amparo, instrução e profissionalização do público acolhido pelas instituições asilares, as leis de proteção ao menor e a legislação para o ensino destinado aos meninos e meninas das camadas populares.

A educação voltada para os “desvalidos da sorte”, esteve presente em diferentes momentos da História do Brasil. Entre os séculos XVIII e XIX com a fundação de Escolas de Aprendizes e de Asilos de Órfãs em diversas cidades do Brasil, as crianças pobres eram preparadas para trabalhos artesanais ou domésticos. Com a abolição oficial da escravatura no Brasil, em 1888, e com a Proclamação da República, no ano de 1889, a instrução de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social passou a fazer parte das ações do governo, isso devido alguns fatores que devem ser destacados.

Se aproximando dos modelos civilizatórios europeus, O Brasil republicano buscou formar uma nova nação moderna, através da urbanização e industrialização. Junto ao processo de formação de uma nova nação, estavam o crescimento populacional urbano, os problemas sociais, como o de saúde, de habitação e de educação, principalmente das camadas mais pobres. Para atingir os ideais positivistas da ordem e do progresso, era necessário regenerar, civilizar e instruir o povo.

Solucionar o problema de abandono moral da sociedade, do analfabetismo e regenerar os excluídos sociais para constituírem mão de obra, eram algumas das estratégias do governo republicano. Diante disso, houve investimentos na educação da criança, pois a ela foi atribuída à função de salvar o Brasil do atraso, uma vez que, nesse período a criança passou a ser vista como patrimônio da nação, chave para o futuro, um ser em formação que podia ser transformado em um homem de bem e tornar-se útil à sociedade (RIZZINI, 2011).

No final do século XIX, algumas congregações religiosas chegaram ao Brasil, fundaram colégios em regime de internato ou externato, e passaram a assumir o ensino em instituições asilares que não eram mantidas pela Igreja Católica (AMARAL, 2003). Nesse sentido, a educação católica entra como importante aliada aos ideais do governo, apesar do “aparente” rompimento entre Igreja Católica Apostólica Romana e Estado no início do regime republicano. Com a implantação da República, a Igreja Católica perdeu seu espaço no cenário político e econômico do país, sendo assim, foi na educação que ela fez seus maiores investimentos.

Também nesse período, a imprensa periódica passou a identificar e a divulgar os principais problemas relacionados à infância desvalida, como o descaso das famílias, a falta de instituições escolares e a ausência de políticas públicas por parte do Estado. Alguns segmentos intelectuais, amparados pelo discurso médico, jurídico e assistencialista, traçaram metas definidas pelas funções de prevenção, educação, recuperação e repressão. Tais metas são assumidas em defesa da criança, mas também (e principalmente) em defesa da sociedade (CAMARA, 2010; RIZZINI, 2011). As medidas assistenciais de controle e de vigilância sobre as condições de abandono moral e físico da infância desvalida, foram essenciais para manter a ordem e a paz social.

Apesar das ações do poder público, das iniciativas privadas, religiosas e assistencialistas em prol da infância, somente em 1927, 38 anos após a Proclamação da República, a infância passou a contar com legislação própria. O Código de Menores, promulgado em 12 de outubro de 1927, pelo Decreto 17.943-A, no governo de Washington Luís (1927-1930), consolidou em todo território nacional, as leis de assistência e proteção, os direitos civis e do trabalho infantil, prevendo também medidas legais relacionadas à guarda, à tutela, à vigilância, à educação e à prevenção dos abandonados e delinquentes. Com base na filosofia higienista e correccional disciplinar, o Código também incorporou a visão jurídica repressiva e moralista (CAMARA, 2010; RIZZINI, 2011). Além do Código de Menores, destaca-se no período analisado, o Departamento Nacional da Criança em 1940 e o SAM (Serviço de Assistência a Menores) durante o governo de Getúlio Vargas, em 1941.

4. CONCLUSÕES

Dentre os resultados do presente estudo, ainda em construção, apontamos que a Associação Protetora de Meninos Desvalidos e o Asilo Bom Pastor, foram

fundados num período em que a proteção e assistência da infância desvalida era de interesse político, social e econômico no país. Resultam também da legislação que foi implementada na década de 1920, da figura de um bispo dedicado à causa dos menos favorecidos e de um coletivo ligado à Igreja Católica, sendo estes, fundamentais no trabalho com a institucionalização de meninos e meninas desvalidas da cidade de Pelotas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A PALAVRA. Jornal. Pelotas, exemplar de 09/07/1954.
- AMARAL, G. L. **Gatos Pelados x Galinhas Gordas**: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960). 2003. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CAMARA, S. **Sob a guarda da República**: a infância memorizada no Rio de Janeiro da década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et. al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. P. 295-314.
- DIÁRIO POPULAR. Jornal. Pelotas, exemplar de 20/06/2001.
- HAMMES, W. J. **Dom Antônio Zattera 3º Bispo de Pelotas**: uma cronobiografia. Pelotas: EDUCAT, 2005.
- MENDES, F. R. S.; ALVES, M. M. **Centenário da Diocese de Pelotas 1910-2010**: uma história de Evangelização. Pelotas: do autor, 2010.
- PICCININI, V.. [Correspondência]. Destinatário: João Francisco Neves da Silva. Pelotas, 13 mai. 2004. 1 carta
- POERSCH, J. L. **Universidade Católica de Pelotas 30 anos**. Pelotas: EDUCAT, 1991.
- RIZZINI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SAMARA, E.; TUPY, I. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.